



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

As meninas do Brasil

Eu tinha preparado uma outra crônica, mas o tema foi atropelado pela vitória sensacional das meninas da Seleção Brasileira contra a Espanha, atual campeã mundial da categoria. As estatísticas e as análises são importantes para avaliar as possibilidades reais de cada competidor individual ou cada time. Mas o melhor é quando os deuses jogam seus dados, desmoralizam os prognósticos racionais e trazem a surpresa.

Nem o mais otimista dos brasileiros poderia imaginar que as meninas ganhariam por 4x2 da Espanha. Mas, na verdade, desde o jogo contra a França, as meninas brasileiras jogaram com muita raça, garra e determinação. Pareciam não ter medo de ganhar. E ganharam novamente jogando e deixando pouco espaço para a Espanha jogar.

Esses jogos têm sido um teste cardíaco pela alta dramaticidade. Mas valeu a pena a sofrência. Gabriela Portilho jogou novamente muito. Fez o segundo gol com muita classe desviando o cruzamento para o canto da goleira espanhola, que só pôde olhar desesperada a bola vencendo, lentamente e fora do alcance, a linha

branca de cal.

Tamires, Yasmin, Duda Sampaio, Yaya, Jheniffer e Gabi Portilho são do Corinthians. Ganham quatro títulos da Libertadores. Eu acho que elas levaram a garra do Corinthians para a Seleção Brasileira. Dá gosto torcer pelas meninas. Elas honram a tradição dos valores democráticos fundada por Sócrates, Casagrande e Vladimir.

Torci duplamente, pelo futebol e pelos valores democráticos que elas defendem. Essa medalha é muito importante para confrontar a dignidade das meninas com a indignidade moral da Seleção masculina, com os seus Neymares, Robinhos e Daniel Alves, encerrados na bolha da alienação,

do preconceito, da ignorância e do negacionismo. Seria uma mudança radical de valores em relação à decadência do futebol masculino.

Eu queria saber onde está o ilustre colega que sentenciou que não havia roubo nas Olimpíadas e tão somente o fetiche de reclamar do surrupio. Roubaram as meninas brasileiras, descaradamente. Meu Deus, o tempo regulamentar de 90 minutos se encerrou. E o que fez a juíza? Determinou 15 minutos de acréscimos. Ela imitou a juíza de Brasil e França, que estabeleceu os mesmos 15 minutos.

Parece que combinaram o seguinte: se o Brasil estiver ganhando de alguma seleção europeia, é preciso acrescentar 15

minutos para ver se o placar é revertido. Quinze minutos de acréscimo é quando cai um temporal, desabam raios, as luzes do estádio se apagam ou a partida é interrompida por causa dos sinalizadores. Nada disso aconteceu. Em nenhum momento, o jogo sofreu qualquer paralisação.

Quando a juíza apontou 15 minutos de prorrogação, tive vontade de ligar para o 190. No fim das contas, os 15 minutos ainda foram estendidos para 19. Foi um assalto descarado e televisionado para milhões de testemunhas ao redor do planeta. Mas de nada adiantou, as meninas do Brasil atropelaram a Espanha, a tourada e o roubo. E, convenhamos, ganhar com juiz que rouba para o outro lado é mais gostoso.

DIREITO À VIDA / Aberto ao público, seminário *Feminicídio em Debate* promoveu palestras com promotores, magistrados e juristas que abordaram a prevenção e o combate ao extermínio de mulheres por questões de gênero

Um crime que atravessa gerações

» GIULIA LUCHETTA

Apesar da crescente divulgação da Lei Maria da Penha na última década, muitas brasileiras ainda desconhecem seus direitos, o que dificulta a aplicação das normas previstas na Constituição, que garante igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres. A falta de reconhecimento da violência de gênero como uma questão transversal compromete a efetividade jurídica, social e política do direito à vida, à medida que o feminicídio afeta amplamente o país — atravessando gerações, classes sociais, etnias e credos.

No mês em que se completam 18 anos da promulgação da Lei Maria da Penha, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) realizou, ontem, o seminário *Feminicídio em Debate*. Aberto ao público, o evento reuniu juristas, magistrados e promotores de Justiça em diferentes painéis que expuseram os avanços na proteção e prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher. Foi debatida a importância das medidas protetivas de urgência, que estabeleceram mecanismos de proteção essenciais, como o afastamento do agressor do lar, a garantia de atendimento psicológico, jurídico e social para as vítimas, além do formulário de avaliação de risco de feminicídio.

O seminário integra a campanha *Violência contra a mulher não é normal — abra os olhos, sua atitude pode mudar o final*, da Comissão de Prevenção e Combate ao Feminicídio. Entre as iniciativas propostas, houve a apresentação do videoclipe da música inédita *O Cravo e a Flor*, composta pela banda de rap Tribo da Periferia, e o lançamento da cartilha *Violência contra a Mulher: o que você precisa saber?*, produzida pela Ouvidoria das Mulheres. A cartilha está no site do MPDFT e ficará disponível na Ouvidoria do órgão e nos ca-

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



No mês em que se completam 18 anos da Lei Maria da Penha, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios realiza um seminário para discutir a violência contra a mulher



nais de atendimento ao cidadão. Nos eventos promovidos pelo Ministério Público, ela também poderá ser retirada.

Origens

Na conferência inaugural *Feminicídio em perspectiva histórica e o entendimento do Supremo Tribunal Federal*, a ministra do STF, Cármen Lúcia, se debruçou sobre as origens das legislações brasileiras. A magistrada destacou um dispositivo específico, que trazia como bem jurídico protegido a honra masculina, prevendo que o homem poderia “matar licitamente” a esposa em adultério.

“A despeito disso, poucos dias antes da decisão do Supremo (ocorrida neste ano) que concluiu pela inconstitucionalidade do argumento da defesa de que a vida pregressa da vítima podia ser a defesa do assassino, uma jornalista perguntou para um criminalista: ‘O senhor vai continuar dizendo que a vítima é culpada até quando?’ Ele diz: ‘Até

quando pegar’”, exemplificou a ministra do STF.

O objetivo de Cármen Lúcia era evidenciar como a desigualdade histórica das mulheres perante a lei afeta, até hoje, a segurança e a dignidade de vida das brasileiras em diferentes contextos sociais. “Levando em consideração o princípio da igualdade e as obrigações do Poder Judiciário, convidei os presidentes dos 27 tribunais de Justiça, em 2014, a comporem, comigo, uma campanha da Justiça pela paz em casa. Fui a lugares que fazia 17 anos que não havia um único júri, de nenhuma natureza. A despeito disso, os casos de feminicídio naqueles municípios eram enormes”, afirmou.

De acordo com Cármen Lúcia, o Distrito Federal está em uma posição “muito privilegiada” no combate à violência doméstica. “Desde 2013, o Conselho Nacional de Justiça determinou a criação obrigatória de varas especializadas e coordenadoras nos Tribunais de Justiça para lidar com esses casos”, desta-

» Suspeita de feminicídio

Os corpos de uma mulher e de um homem foram encontrados com sinais de violência dentro de uma casa, na Ponte Alta Norte do Gama, no fim da tarde de ontem. A principal hipótese trabalhada pela polícia é de feminicídio seguido de suicídio. Até o fechamento desta edição, os nomes não haviam sido divulgados. A princípio, segundo informações fontes policiais ao **Correio**, as marcas de violência encontradas nos corpos do homem e da mulher foram causadas por faca, mas os investigadores ainda dependem da perícia para confirmar. Segundo informações preliminares, o homem e a mulher mantinham um relacionamento. O caso é investigado pela 20ª Delegacia de Polícia (Gama).

cou. No entanto, a Comissão de Prevenção e Combate ao Feminicídio no DF foi instituída em setembro do ano passado para reforçar a atuação do MPDFT, dado que os casos de feminicídio aumentaram quase 70% de 2022 a 2023, conforme explicou a promotora de Justiça Luana Costa Barreto.

“A comissão foi criada para entender por que, apesar de tantos serviços existentes no DF e de termos condenações em praticamente 100% dos casos de feminicídio, com condenações rígidas de mais de 20 anos de reclusão, os números ainda não estavam diminuindo. Uma das conclusões foi que é necessário aumentar a conscientização sobre as formas de violência, os mecanismos disponíveis e como as mulheres podem buscar ajuda. O seminário faz parte dessa estratégia”, explicou.

Crime de Ódio

O principal enfoque do debate foi tratar o feminicídio como um crime evitável. Somente em 2015, ele entrou com essa nomenclatura, como qualificadora, no Código Penal. “Infelizmente, ainda ve-

mos casos em boletins de ocorrência em que a violência contra a mulher é classificada como crime ‘passional’”, destacou Adalgiza Aguiar, promotora de Justiça e coordenadora do Núcleo de Gênero do MPDFT.

Essa visão que ainda persiste considera a violência contra a mulher como movida por paixões ou estados emocionais do agressor, e precisa ser desafiada. “Precisamos debater que o feminicídio se trata de um crime de ódio e, a partir disso, pensar em políticas públicas que realmente sejam estruturadas considerando que as raízes do feminicídio decorrem de uma violência estrutural, proveniente do ódio, do menosprezo, da discriminação contra a mulher, construída em cenário histórico-social”, completou.

Um aspecto simbólico desse crime é a “precariedade dos corpos”, conforme denotou a jurista. “Dados da Secretaria de Segurança Pública do DF mostram que, de 2015 a maio de 2024, 67% das vítimas eram pardas e 11% eram negras. Portanto 78% dos casos de feminicídios são perpetrados contra mulheres não brancas”, frisou.

DESENVOLVIMENTO

GDF e Codese avaliam modelo de governança

» LUIS FELYPE RODRIGUES

O Governo do Distrito Federal (GDF) e o Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Estratégico do DF (Codese-DF) se reuniram ontem pela terceira vez para avaliar a evolução das metas presentes no Modelo de Governança 2023-2026. A reunião foi realizada no auditório do Banco de Brasília e contou com a presença do governador Ibaneis Rocha (MDB), que destacou que no primeiro mandato houve uma aplicação de 90% das ações propostas pelo conselho e que, para este mandato, a meta é alcançar pelo menos o mesmo índice.

O Codese-DF é uma iniciativa da sociedade civil do DF, fundada em 2017, e reúne, por meio de câmaras técnicas, a análise de vários setores, como desenvolvimento, saúde e educação, fornecendo

ao GDF programas que podem ser implementados pelo governo. O governador destacou que a parceria tem sido positiva para a cidade.

“Essa junção é muito importante para o nosso desenvolvimento. O nosso desejo, até o último dia de governo, é entregar uma cidade efetivamente transformada e com um olhar para o futuro. O setor produtivo e a arrecadação têm melhorado nesses últimos anos. Isso é prova de que o empresariado está investindo e a população está acreditando no desenvolvimento do DF”, pontuou.

Saúde e educação

O encontro é realizado a cada seis meses e são eleitos os pontos mais importantes para serem debatidos. Esta edição teve sete pilares destacados: saúde, educação, segurança, desenvolvimento

Renato Alves/Agência Brasília



Ibaneis Rocha destacou que no primeiro mandato 90% das propostas do conselho foram aplicadas

social, habitação, infraestrutura e desenvolvimento econômico. Para o secretário de Estado de Governo, José Humberto Pires, as áreas que tiveram mais melhorias foram educação e saúde. “Posso citar também outras que são

extremamente relevantes, como segurança. Hoje, Brasília é a segunda cidade mais segura do Brasil. E na infraestrutura, basta alguém visitar Brasília para verificar o quanto temos evoluído nessa área”, pontuou.

Em relação à educação, José Humberto contou que entre 2023 e 2024, quatro escolas foram entregues e mais nove estão previstas até dezembro, com um investimento superior a R\$ 162 milhões. Sem contar outras 17 que

estão em andamento.

Para a saúde, o secretário destacou a construção de hospitais, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades de Pronto Atendimento (UPA). Ele também mostrou a evolução da cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF), que, desde 2017, cresceu cerca de 43%, passando de 33,24% para 76,79% da população do DF. “A meta é atingir 80%”, enfatizou.

Esse crescimento, segundo o presidente do Codese-DF, Leonardo Ávila, evita que as pessoas procurem hospitais de forma equivocada e em momento inadequado. “O GDF tem se dedicado a montar essas equipes de programas de saúde da família para ajudar a população.”

Leonardo disse que é essencial que o governo atenda às demandas da população e ressaltou o trabalho que vem sendo feito em relação às creches. “Tínhamos um problema muito grave nesse setor e temos acompanhado a evolução a cada reunião”, finalizou.

* Estagiário sob a supervisão de Eduardo Pinho